

O CONCEITO GRAMSCIANO DE “REVOLUÇÃO PASSIVA” E O ESTADO BRASILEIRO.

THE GRAMSCIAN CONCEPT OF “PASSIVE REVOLUTION AND THE BRAZILIAN STATE.

Antonia de Abreu Sousa¹ ¹

RESUMO

O conceito de “revolução passiva”, “revolução-restauração” ou “transformismo” é categoria fundamental que Gramsci utiliza para compreender a formação do Estado burguês moderno na Itália (partindo dos fatos do *Risorgimento*, que culminaram na unificação nacional), para definir os traços fundamentais da passagem do capitalismo italiano para a etapa de capitalismo monopolista e para apontar o fascismo como forma de “revolução passiva”. É a partir desse entendimento que utilizaremos o conceito de “revolução passiva” para discutir a modernização capitalista no Brasil, haja vista que este conceito se aplica a diversos episódios da nossa história, bem como de um modo mais geral, a transição do País para a modernidade capitalista e ao capitalismo monopolista de Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Estado – Gramsci – Revolução

ABSTRACT

The concept of "passive revolution", "revolution-restoration" or "evolutionism" is crucial category that Gramsci uses to understand the formation of modern bourgeois state in Italy (on the facts of the *Risorgimento*, which culminated in the national unification), to define the fundamental features of the passing of Italian capitalism to the stage of monopoly capitalism and fascism as a point of "passive revolution". It is from this understanding that we will use the concept of "passive revolution" to discuss the capitalist modernization in Brazil, considering that this concept applies to several episodes of our history, as well as more generally, the transition to the Country capitalist modernity and the monopolistic state capitalism.

KEYWORDS

State – Gramsci – Revolution

¹ Doutora em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará; pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR; pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional – NUPEP; professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Introdução

O conceito de “revolução passiva” é categoria fundamental que Gramsci utiliza para compreender a formação do Estado burguês moderno na Itália.

No Brasil, Coutinho (1985), defende que o conceito gramsciano de “revolução passiva”, é imprescindível para entendermos a trajetória de constituição do modelo de capitalismo brasileiro, protagonizado pelo Estado. Este conceito enfatiza a predominância do momento supra-estrutural, ou seja, do instante político, ultrapassando as visões meramente economicistas que dominaram esta discussão durante muito tempo no País².

2 Gramsci e a “revolução passiva”: entendimento

O conceito de “revolução passiva” “revolução-restauração” ou “transformismo” foi trabalho por Gramsci em sua obra *O Risorgimento*. A partir desse estudo, Gramsci faz uma crítica à filosofia de Benedetto Croce (1866-1952), por esta tratar da Restauração dos Bourbons, a História da Europa no século XIX (1932), deixando de lado os tumultos econômicos e militares da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, e a História da Itália em 1871, sem enfatizar as discussões sobre as lutas do *Risorgimento*. A crítica de Gramsci dirigia-se também à opção que Benedetto Croce, em 1920, fez ao aderir o liberalismo na Itália fascista.

Para Gramsci, o movimento conhecido como *Risorgimento* pode ser definido como formação das condições concretas, incluindo as relações internacionais, que possibilitaram a unificação do Estado italiano a partir da união das forças nacionais, mas este fato deve ser apreendido no mesmo processo histórico vivenciado pelos europeus. Ressalta, todavia, que este fenômeno não é desvinculado dos acontecimentos internos da Itália (2002).

² No Brasil foi feito um esforço de autores como Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Viana e outros tentando trazer à discussão o conceito leninista de revolução como uma possibilidade de interpretação da constituição do modelo moderno de capitalismo brasileiro, à luz do marxismo, este não foi suficiente, pois prioriza sempre os aspectos infra-estruturais (economicistas do desenvolvimento capitalista). A partir das Leituras de Gramsci de Coutinho (1985), compreende que o conceito, de “revolução passiva” trabalhado por Gramsci complementa o que estava faltando na teoria leninista (os aspectos supra-estruturais).

Dessa forma, o *Risorgimento*, na análise gramsciana, aborda de maneira minuciosa, aspectos de um desenvolvimento europeu mais geral, que, para melhor compreensão, dividimos em quatro momentos: no primeiro, trata da Reforma Francesa, no segundo, da Revolução Francesa e, no terceiro, da consolidação do liberalismo como filosofia, ou seja, modo de vida. Além dos aspectos gerais, é preciso entender os aspectos nacionais, aqui considerados como o quarto momento, nas palavras de Gramsci:

como retomada de vida italiana, como formação de uma nova burguesia, como consciência crescente de problemas não só municipais e regionais mas nacionais, como sensibilidade a certas exigências ideais (...) a novas idéias, a novas atividades, a novo ordenamento político. (2002,p.19).

O *Risorgimento*, porém, para Gramsci, só se consolida a partir do momento em que ele se transforma em ação, ou seja, mesmo existindo as condições objetivas, internacionais e nacionais, esta “se torna consciente em grupos de cidadãos dispostos à luta e ao sacrifício”. (2002, p.22). É a partir desse entendimento, das forças presentes na consolidação do *Risorgimento*, momento de concretude de unificação italiana, que Gramsci busca a elaboração de suas reflexões históricas.

O *Risorgimento* é caracterizado, portanto, pela hegemonia das forças moderadas e democráticas presentes naquele contexto histórico. Gramsci ressalta a hegemonia do grupo dos moderados como sendo capaz de atrair um papa (Pio IX – Giovanni Mastai Ferreti) para que este aceitasse o movimento liberal. Vejamos:

(...) que o movimento liberal tenha tido êxito em suscitar a força católico-liberal e fazer com que o próprio Pio IX se pusesse, ainda que brevemente, no terreno do liberalismo (o suficiente para desagregar o aparelho político-ideológico do catolicismo e tirar-lhe a confiança em si mesmo) – eis a obra-prima política do *Risorgimento* e um dos pontos mais importantes de desatamento dos velhos nós que haviam impedido, até então, pensar concretamente na possibilidade de um Estado unitário italiano. (2002, p. 21).

Na análise gramsciana, a fraqueza do grupo dos democráticos residia no Partido de Ação que não tinha sequer um programa de governo que despertasse credibilidade da população. Chamou, porém, a atenção de Gramsci o fato de o Partido de Ação ter como bandeira a categoria histórica de

“jacobinos³”, porém os democráticos não foram capazes de se opor aos moderados e organizar o movimento popular de massas, especificamente, o movimento dos camponeses do sul da Itália, alijando assim a revolução burguesa na Itália.

Para Gramsci, portanto, o fracasso do Partido de Ação foi o grande responsável pela exclusão das massas no quadro da Itália unificada e abriu as portas para o corporativismo burguês que legitimou este Estado armado.

Cabe ressaltar que Gramsci acreditava em uma revolução do tipo jacobino para a Itália. Queria um movimento que fosse capaz de utilizar o Estado para realizar a transformação nacional que a burguesia não tinha feito. Assim, Gramsci traz à tona duas questões fundamentais para discussão do marxismo: o papel das elites e a função das alianças de classe.

Para Gramsci, as classes governantes podiam ser dirigentes ou, somente, dominantes. No *Risorgimento*, o novo governo do Piemonte⁴ assumiu o comando de uma Itália unificada, sem um verdadeiro consenso nacional. Além do mais, a elite política do Reino, era mais dominante do que dirigente e incorporou as alas mazzinianas (Giuseppe Mazzini – 1805/1872) e garibaldinas (Giuseppe Garibaldi – 1807/1882) à força de “transformismo” – política de compromisso com a finalidade de privar os partidos de oposição da sua liderança pelo recurso de atraí-los para o ‘sistema’.

A este fato Gramsci denomina transformismo, que é, portanto, uma forma complexa do processo sociopolítico, chamada de “revolução passiva”, identificada por ele de duas maneiras: na primeira, ocorre uma revolução sem participação das massas, como o *Risorgimento*, e, na segunda sucede um progresso dissimulado de classes sociais impedidas de avançar abertamente,

³ Os jacobinos era um grupo urbano organizado que na França revolucionária conquistou os camponeses para a sua causa.

⁴ Segundo Gramsci (2002, P. 328-329), a função do Piemonte no *Risorgimento* italiano “é a de uma “classe dirigente”. Na realidade, não se trata do fato de que, em todo território da península, existissem núcleos de classe dirigente homogênea, cuja irresistível tendência à unificação tenha determinado a formação do novo Estado nacional italiano. Estes núcleos existiam, indubitavelmente, mas sua tendência à união era muito problemática e, o que mais conta, nenhum deles, cada qual em seu âmbito, era “dirigente”. O dirigente pressupõe o “dirigido”, e quem era dirigido por estes núcleos? Estes núcleos não queriam “dirigir” ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam “dominar”, não “dirigir”, e mais ainda: queriam que fossem dominantes seus interesses, não suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte e, daí a função da monarquia”.

como a burguesia na França da Restauração, daí a rotulação posta por Gramsci de “revolução-restauração”.

Dessa forma, podemos entender que o conceito de “revolução passiva” trabalhado por Gramsci, diferentemente de uma revolução popular, feita “de baixo para cima”, do tipo jacobina, pressupõe sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação “de baixo para cima”) e o da “renovação” (portanto muitas demandas populares são atendidas pelas velhas camadas dominantes). Gramsci entende que no desenvolvimento capitalista italiano faltava uma iniciativa popular unitária, assim como se verificou que este desenvolvimento era uma reação das classes dominantes a subversão elementar e desorganizada das massas populares, ante a movimentos de “restaurações” vindos de baixo, ou seja, de “revoluções-restaurações” ou “revoluções passivas”.

O elemento restaurador, no conceito gramsciano, não invalida o fato de ocorrerem também modificações efetivas. A este respeito, Gramsci (2002) exprimiu:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. (P. 317).

Havia, ainda, em Gramsci uma convicção de que o fascismo era uma forma transitória de governo da burguesia. Com base nesse suposto, aplica exploratoriamente o conceito de “transformismo” ou “revolução-passiva” ao regime instituído por Mussolini na Itália, como instrumento para explicar a passagem do capitalismo italiano de sua fase concorrencial ao período monopolista. De acordo com o Gramsci (2006), com o fascismo,

(...) ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e a cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças

produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais. (P. 299).

Gramsci discerne, portanto, uma 'função de tipo Piemonte' nas revoluções passivas, as quais significam mudanças políticas e sociais conduzidas pelo Estado na ausência de classes sem condições para mobilizar o apoio das massas populares. Nestes casos, existe governo e até governo forte; mas não existe liderança.

Esta situação pode ser pensada para o caso brasileiro, resguardando a diferença fundamental entre o *Risorgimento* italiano e a história do Brasil. Na Itália, um Estado particular desempenhou o papel definidor da formação de um novo Estado nacional unitário, enquanto o Estado que desempenha no Brasil a função de protagonista das revoluções passivas já é um Estado unificado. (COUTINHO, 1985).

Deixando de lado, porém, esta diferença, o correto é asseverar que o Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribuiu ao Piemonte, de substituto das classes sociais em sua função de conduzir a transformação e assumir a tarefa que é "dirigir" politicamente as próprias classes economicamente dominantes, tendo função de 'domínio' e não 'direção'. (COUTINHO, 1985).

No Brasil, as transformações sempre resultaram do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes, sendo que estas classes, em seu conjunto, nunca desempenharam uma função hegemônica diante das massas populares. Sempre delegaram ao Estado – aos militares ou aos burocratas –, ao qual coube a função de "controlar" e, de acordo com as necessidades, reprimir as massas subalternas. Esta foi a forma encontrada pela burguesia brasileira para fazer a transição para o capitalismo, o modelo de "revolução passiva".

3 O Estado brasileiro e a "revolução passiva"

O conceito gramsciano de "revolução passiva" aplicado ao caso brasileiro pressupõe o entendimento acerca do fortalecimento do Estado em

favor das forças hegemônicas e a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que exclui as massas populares desse processo.

Assim sendo, a modernização capitalista brasileira – industrialização, urbanização e estrutura social complexa – foi implementada pelo Estado. Não houve uma “revolução burguesa”, este fato aconteceu mesmo com o grande latifúndio e a dependência do capital imperialista.

A propriedade latifundiária transformou-se, rapidamente, em empresa agrária e o capital estrangeiro no acelerador da industrialização. O povo brasileiro não tomou parte nessa empreitada, melhor expressando, os trabalhadores do campo e os da cidade não tiveram participação neste processo, haja vista que não existiu uma burguesia revolucionária no País. A transformação capitalista sucedeu a partir de acordos entre frações das classes que dominavam economicamente, à exclusão dos movimentos populares, do emprego dos aparelhos repressivos e da intervenção econômica do Estado.

Em todos os momentos importantes da história do Brasil, ligados ou não aos períodos de transição, para as fases capitalistas, foram encontradas formas de excluir o povo e de as elites se recomporem ou fazerem alianças para continuar no poder, ou seja, de fazer uma “revolução passiva”.

Dessa forma, a leitura gramsciana sobre a “revolução passiva” é fundamental para o entendimento do papel do Estado brasileiro no desenvolvimento econômico, político e social. Destacaremos, inicialmente, o período varguista e a culminância com a instalação da ditadura em 1937. Esta é uma reação às tentativas de organização dos movimentos populares, que se inicia em 1922, ano em que foi fundado o Partido Comunista Brasileiro – PCB e eclodiu a primeira manifestação armada militar comandada pelos tenentes.

Nesse período, o movimento operário levantava a bandeira dos direitos civis e sociais, enquanto as camadas urbanas emergentes lutavam pelo direito uma participação maior na vida política do País. Esses movimentos, que faziam pressão de “baixo para cima”, fizeram com que as oligarquias agrárias dominantes se reorganizassem, costurassem alianças, ligadas à produção para o mercado interno, assumindo o controle da Revolução de 1930.

A vitória da Revolução de 1930 possibilitou a constituição de um novo bloco de poder, no qual a fração oligarquia vinculada a agricultura de exportação foi posta numa posição inferior, ao mesmo tempo em que se

tentava “cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes)”. (COUTINHO, 1985, P.04). O estilo elitista desse novo grupo, no entanto, fazia com que os setores populares continuassem a margem do poder. Eles ainda não estavam; eram representados pelo frágil Partido Comunista e por um pequeno grupo de tenentes de esquerda que não haviam participado da Revolução. (COUTINHO, 1985).

Diante dessa situação, os comunistas e os tenentes de esquerda, tentaram protestar. Organizaram o levante comunista de 1935 – a chamada Intentona – transformado num desastre e reprimido, rapidamente, pelo governo, tornando-se o principal motivo para instauração da ditadura Vargas.

A ditadura Vargas, com seu caráter repressivo e ideológico de tipo fascista, não poupou os comunistas. Nesse período, todavia, também chamado de “Estado Novo”, alavancou-se uma acelerada industrialização do País, contando com o apoio industrial da burguesia nacional e internacional e de parte da camada militar. Para acalmar os anseios das camadas populares e atender as suas reivindicações, Vargas promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho (salário mínimo, férias pagas, direito à aposentadoria, licença-maternidade etc.), porém impôs uma legislação sindical corporativa, de inspiração fascista, que atrelava os sindicatos ao aparelho estatal e liquidava com a autonomia. A ditadura Vargas se enquadrava conceito de “revolução passiva” ou “revolução-restauração”.

Do período que compreende de 1937 a 1945, ressaltamos o início de um fenômeno que se incorporou à política brasileira, o chamado “populismo” – modalidade de legitimação carismática, mas que se desenvolveu plenamente o período liberal-democrático, que se estendeu de 1945 a 1964, retomado novamente nos anos 2000, mas precisamente no ano de 2002, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva. O populismo deve ser interpretado como tentativa de incorporar ao bloco de poder, em posição subalterna, os trabalhadores do campo e da cidade, mediante a concessão dos direitos, benefícios sociais, ou seja, vantagens econômicas. Aqui utilizaremos o conceito gramsciano de transformismo para discutir o período de 1945 a 1964.

A ação transformista utilizada pela burguesia, no período de 1945 a 1964, não teve êxito, pois encontrou forte resistência nos setores mais combativos da classe trabalhadora, mas a causa principal foi a impossibilidade

de os governos garantirem ao conjunto de trabalhadores, em razão das fortes crises econômicas, as condições mínimas exigidas para o funcionamento do pacto populista. (COUTINHO, 1985).

O sucesso do “populismo” neste período pode ser encontrado no segundo governo de Getúlio Vargas e no de Juscelino Kubitschek e este êxito decorreu do amplo consenso conquistado pela política nacional-desenvolvimentista, caracterizada por acelerados processos de industrialização com base na substituição de importações.

Fora do pacto populista estavam os assalariados agrícolas e os camponeses, que continuavam sem seus direitos sociais e trabalhistas e – ainda eram analfabetos – do direito do voto. Esta exclusão tornava possível a manutenção, no bloco de poder, da velha oligarquia latifundiária e servia também à burguesia industrial, pois ampliava significativamente o exército industrial de reserva. Desta forma, pressionava para baixo o valor dos salários dos trabalhadores urbanos. (COUTINHO, 1985).

O período da ditadura militar instituída no Brasil a partir de 1964 pode ser compreendido quando Gramsci exprime que o fascismo é um tipo de “revolução passiva” por via do Estado, que pôs em prática profundas modificações, com a finalidade de não mexer nos lucros individuais e dos grupos instalados no poder e desenvolver a indústria, tendo como dirigentes as classes tradicionais.

O regime ditatorial militar de 1964 não pode ser considerado como um regime fascista de modelo “clássico”, como foi o fascismo italiano, mas os objetivos de política econômica guardam fortes semelhanças, que podemos assim inventariar:

- desenvolvimento intenso das forças produtivas, por via de intervenção do Estado, com o claro objetivo de favorecer e consolidar a expansão do capitalismo monopolista;
- transformação da estrutura agrária, tornando-a predominantemente capitalista, mesmo conservando o latifúndio como eixo central;
- os militares, na qualidade de tecnocratas que se apoderaram do aparelho estatal, controlaram e limitaram a ação do capital privado, submetendo os interesses dos muitos capitais ao capital

em seu conjunto, mas mantiveram e reforçaram o lucro privado e conservaram o poder das classes dominantes tradicionais, seja a burguesia industrial e financeira (nacional e internacional), sejam os latifundiários que se tornaram paulatinamente cada vez mais capitalistas.

O regime militar conquistou, nos primeiros momentos, amplo consenso entre setores das camadas médias, conseguindo isso a partir do instante em que se impôs como protagonista da modernização capitalista brasileira, mesmo que esta tenha conservado elementos de “atraso”, despertando esperanças e criando expectativas nos grupos sociais, fornecendo algumas respostas aos estratos conservadores da sociedade brasileira.

O Estado brasileiro, que sempre esteve na linha de frente das grandes transformações capitalistas, ou seja, foi com freqüência o protagonista da “revolução passiva”, não se utiliza apenas da coerção, pois também se loubava do consenso. Gramsci, em seus estudos, indicou este fato e também o modo pelo qual se obtém esse consenso no caso dos processos de transição “pelo alto”, a burguesia faz a cooptação das frações rivais das próprias classes dominantes – assimilação pelo bloco de poder – e chega até mesmo a cooptar setores inteiros das classes subalternas.

Gramsci elenca na história italiana dois tipos de transformismo. O primeiro ocorreu de 1860 a 1900, denominado de transformismo “molecular”, no âmbito do qual personalidades políticas singulares, orientadas pelos partidos democráticos de oposição, se incorporavam individualmente à ‘classe política’ conservadora-moderna – caracterizada pela aversão a qualquer intervenção das massas populares na vida estatal, a qualquer reforma orgânica que substitua o domínio ditatorial por uma hegemonia. O outro foi iniciado em 1900, transformismo de grupos radicais, que passaram para o campo moderado.

Os dois tipos de transformismo permeiam a história brasileira. Podemos dizer que o tipo “molecular”⁵ teve sempre mais freqüência, utilizando

⁵ No Brasil o transformismo “molecular” desempenhou papel negativo, mas decisivo, na vida cultural do País, pois com a incorporação de significativas parcelas dos

como incorporação ao bloco de poder, políticos de oposição, prática que se encontra arraigada desde o Brasil-Império se estendendo até os dias atuais.

No período da história brasileira que se inicia em 2002, tivemos um caso típico de transformismo de grupos ou classes sociais de oposição. Este representa a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores – PT, da candidatura presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, depois de três sucessivas derrotas.

O PT foi criado em 1980, diante da crise política da “abertura” da ditadura militar como resposta do movimento operário e camponês, e em decorrência da greve centrada nas montadoras do ABC paulista, tendo as principais lideranças desse movimento grevista se transformado nas lideranças do próprio PT. O líder político e, presidente eleito, Lula da Silva, em 2002, nasceu nesse contexto.

Após a primeira derrota do PT em 1989, este começa a ser cooptado pela burguesia, surgem as alianças para tornar o PT “aceitável” e confiável para o empresariado nacional, internacional, Fundo Monetário Internacional – FMI e as “classes médias”. O PT chega, então, ao governo com o apoio da “fração reacionária da burguesia brasileira, boa parte de seus políticos tradicionais e uma vasta legião de arrivistas”. (COGGIOLA, 2004, p 12).

A vitória do PT, em 2002, decorreu da concretização do processo de cooptação geral deste grupo, haja vista que direção do Partido se comprometeu com o superávit primário, pagamento da dívida externa, total submissão ao Fundo Monetário Internacional – FMI e com as leis de “responsabilidade fiscal”, agradando o capital nacional e internacional.

O PT e Lula da Silva se consolidavam, no imaginário popular, por serem considerados representantes dos interesses da classe operária, dos camponeses e dos pobres em geral. Na verdade, este governo acalma os setores populares do Brasil, com medidas populistas, focalizadas, mas, sobretudo, defende os interesses capitalistas, “colaboração de classes”, nas palavras de Coggiola (2004), “criar um fator de contenção da emergência do movimento operário e camponês da América Latina” (P.31).

intelectuais pelo Estado que representavam, os valores das classes populares enfraquecia sempre qualquer movimento opositor às camadas dominantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COGGIOLA, Osvaldo. *Governo Lula: da esperança à realidade*. São Paulo: Xamã, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: *Crítica Marxista*, Roma, Editori Riuniti, n. 5, ano 23, 1985, pp.35-55.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V. 5, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere*. V. 1, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

¹ Doutora em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará; pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR; pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação Profissional – NUPEP; professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Email: tônia_abreu@hotmail.com.

ARTIGO RECEBIDO EM 13.09.2010.
APROVADO EM 28.09.2010.